

# **Livro de Leitura Escolar Primário e a Constituição de Sujeitos Históricos**

Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges<sup>i</sup> (UFG/REC)

**Resumo:** É objeto da investigação o imaginário social e as representações culturais presentes no livro escolar primário *Criança brasileira*: segundo livro de leitura, de Theobaldo Miranda Santos, publicado nos anos de 1940 e 1950, abordando temas primordiais para a formação do cidadão e aquisição das primeiras noções da cultura, tais como: escola, bairro, saúde, trabalho, cidade e datas cívicas. A problemática insere-se na esfera da vida escolar, cotidiana e familiar da criança, ao considerar a leitura como processo de transmissão de conhecimentos, de produção de sentidos e de gestos de interpretação do mundo. Tais livros de leitura desempenham papel de relevo na formação escolar e na constituição do sujeito-leitor como membro de uma cultura e sociedade; no aprendizado e na aquisição de suas noções básicas, sendo um dos primeiros passos do saber linguístico e cultural, representando a entrada no letramento e nas percepções da cultura escolar e geral. Assim é objetivo investigar as imagens, as visões de mundo, os valores, as ideias, as atitudes e os comportamentos que constituem o imaginário social edificado nas representações do livro mencionado. Santos, exercera o magistério nos diversos níveis e publicou mais de 150 livros didáticos, dentre eles livros de leitura, inseridos em coleções da Companhia Editora Nacional, conformando a um projeto educacional como estratégia de intervenção na cultura. O referencial teórico-metodológico segue vertente da história cultural que estuda, num contexto social, os mecanismos de produção dos bens culturais e sua recepção, como a leitura, forma de produção de sentidos. Se as narrativas constroem representações sociais e se a leitura abre o mundo do texto para o do leitor, e pode transformá-lo, visa-se apreender os sentidos dados às práticas sociais representadas. Se todo documento é representação, que é matriz de práticas, agindo na construção do mundo, busca-se desvelar tais construções e suas intencionalidades.

**Palavras-chave:** livros de leitura escolar, sujeitos históricos, representações, cultura.

O livro *Criança brasileira*, de Theobaldo M. Santos (1904-1971), que em 1951 recebeu sua 10ª edição, aborda, de modo transdisciplinar, temas primordiais para a formação do cidadão como sujeito histórico. É um guia que mapeia as primeiras noções da vida em sociedade e de sua cultura, ao tratar, em pequenas narrativas moralizantes, temas como disciplina, trabalho, preguiça, verdade, honra, ordem, dentre outros. Nesse sentido, a proposta é pensar como a realidade histórica é dada a ler nos processos educativos, de ensino-aprendizagem, abrangendo os discursos que sustentam tais práticas em sua historicidade. Logo se atende a uma história do cotidiano, não edificada apenas por acontecimentos extraordinários e grandes homens, mas, sobretudo, por temas e pessoas comuns, de todos os momentos da vida, como as práticas e atitudes, os hábitos, comportamentos, valores, rituais..., que são aspectos do dia a dia estruturantes

da realidade histórica. Enfim elementos próximos de todos e até vistos como menores e pequenos por muitos. Assim veicula uma história do habitual imbricado no social, com questões do cotidiano de discretos atores, que são a maioria, iluminando aspectos do viver até então não vistos e considerados como históricos (DEL PRIORE, 1997).

A história das práticas de leitura e dos livros destaca que tais mecanismos e materiais desempenham papel de relevo na formação dos indivíduos como seres inseridos numa sociedade. Isso vale tanto para aqueles ditos de ficção como ainda para os livros de leitura escolares, por agirem na constituição do sujeito-leitor e torná-lo membro da sociedade e cultura. Tal literatura é um avanço e continuidade no processo de iniciação e inserção da criança no mundo social, começado no espaço doméstico e prosseguido na escola, sendo um dos primeiros passos do saber linguístico e cultural. Ela representa a saída da criança do analfabetismo e do universo da oralidade e sua entrada no letramento, no campo da cultura escrita e das percepções que se relacionam com a cultura escolar, mas também geral. Tomando o pensamento de Chartier (2002, p. 66-7, 72) como hipótese, consideramos que as representações culturais constituem em matrizes das práticas humanas, que constroem o próprio mundo social e comandam atos ao serem apropriadas pelos leitores.

Conforme Calvino (1993, p. 10-11), as leituras, como dos clássicos, constituem uma riqueza para quem as tenha feito e amado, e são formativas, ao darem forma às experiências futuras, fornecendo modelos, termos de comparação, esquemas de classificação, escalas de valores, paradigmas... Aspectos esses que continuam a valer, mesmo que nos recordemos pouco ou nada do livro da juventude, pois existe uma força particular da obra que consegue fazer-se esquecer como tal, mas deixa sua semente oculta nas dobras da memória, mimetizando-se com o inconsciente coletivo ou individual.

A literatura, então, se constitui como importante agente formador do indivíduo como membro de uma sociedade e cultura, ao registrar e transmitir um repertório de assuntos e questões inerentes à sociedade; é leitura da realidade social e abarca variados aspectos históricos e culturais, além de apresentar novas proposições à sociedade. É constituída pelo social e dele constituinte, leitura e lugar de memória, de História dos fatos tradicionais e outros recém-incorporados em seus domínios, como os objetos do cotidiano e da cultura como prática.

Portanto, o processo de letramento abre as portas do mundo e da sociedade à criança por meio da leitura, e da oralidade, tornando-a capaz de se inserir e se relacionar

bem nas diversas práticas vivenciadas socialmente. Enquanto tal é fato social, cultural e histórico. Relaciona-se às atividades que envolvem a língua escrita dando ênfase aos usos, às funções e aos propósitos desta em contextos históricos e sociais, por desenvolver comportamentos e habilidades no emprego competente da leitura e da escrita em práticas sociais, com suas necessidades e valores. Logo, conforme Soares (2006) “letramento é, sobretudo, um mapa do coração do homem, um mapa de quem você é, e de tudo que pode ser”.

De que valores, normas, deveres e direitos sociais são constituídas as relações em sociedade e na sua organização nas representações de tais livros de leitura por volta da década de 1950 no Brasil? Ligado aos dias atuais, em que a noção de cidadania é objeto de tantas reflexões, por ser questão de alto valor para a coletividade, questiona-se sobre a constituição de um imaginário em tais livros. Imaginário que indica um projeto social de conformação da criança ao mundo, ao reproduzir e alimentar uma cultura em consonância com o ideário republicano e católico.

Assim objetivamos investigar as imagens, as visões de mundo, os valores, as ideias e as atitudes que constituem o imaginário social edificado nas representações de *Criança brasileira*, por volta da década de 1950, ao cumprir sua função educativa de informar e formar cidadãos, gerações, “fazendo a cabeça” de alunos e professores. Intenciona-se abordar questões relacionadas à vida e às relações cotidianas, formadoras de um capital simbólico e produtoras de um bom cidadão no futuro, por meio de um discurso moralizante que age como exercício disciplinador e preparatório da criança ao oferecer-lhe orientações fundamentais sobre o ambiente social.

Partindo do pressuposto que as narrativas constroem representações da realidade e que a leitura abre o mundo do texto para o do leitor, que pode ter seu mundo por ela transformado (RICOUER, 1997, 275-7), visamos compreender os sentidos dados às práticas sociais figuradas em tal livro de leitura. Por meio da leitura a narrativa atinge o leitor obtendo a função de significância ao permitir relacionar o mundo do texto com seu mundo, agindo sobre ele, levando-o a uma experiência própria de refiguração que autoriza “designar como *recepção* do texto a própria ação de lê-lo” (RICOUER, 1997).

Conforme Foucault (2011, p. 44-5), o sistema de ensino produz uma ritualização da palavra, uma qualificação e fixação de papéis para os sujeitos, constituindo um grupo doutrinário, uma distribuição e apropriação de discursos, de poderes e saberes. A educação e a escola, como instituições, são base desse ritual da palavra, no qual o aluno entra em contato com os discursos estabelecidos ocorrendo trocas de sentidos entre

diversos agentes, constituindo uma economia simbólica, discursiva, imagética, marcada por jogos de poder e de subjetivação. Assim, todo sistema de educação, inclusive escolar, “é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes eles trazem consigo.” A escola, como instituição, lugar de cultura e espaço de práticas educativas, produz discursos e sentidos, em especial, por meio dos livros escolares e didáticos, os quais atravessam os alunos, que os incorporam a seu modo de vida e maneira de ver o mundo. Logo é instituição doutrinária e de caráter disciplinador dos sujeitos, formadora de corpos dóceis (FOUCUALT, 1977).

Nesse contexto e sentido, o livro de leitura de Santos produz e reproduz saberes de um projeto social de conformação infantil à sociedade alimentando uma cultura inerente ao projeto republicano de educação. Por meio do encanto, da sedução, as representações eram difundidas, oferecendo um imaginário construtor de identidades e alteridades, de orientações para a vida (GAETA, 2013). Conforme Capelato (2009, p. 118), esse tipo de documento histórico – os livros escolares – tem sido utilizado com muito proveito para o conhecimento de uma época, pois controlados por diversos agentes de poder, sendo constituídos para empreender políticas de dominação, mas constituindo-se, acima de tudo, em objetos de um universo cultural específico.

Santos, que exerceu o magistério em cursos de níveis diversos, sobretudo no Rio de Janeiro, a partir dos anos de 1940, publicou diversos livros didáticos como os de língua portuguesa, de leitura, de contos e poesias. Além de duas coleções para formação de professores teve volumes publicados em duas outras que faziam parte da filosofia editorial da Companhia Editora Nacional desde os anos iniciais de sua fundação na década de 1930. Seus livros tiveram excelente aceitação no mercado, que cresceu consideravelmente durante Estado Novo e impôs um projeto ordenador único com anuência da Igreja Católica. Tais livros, adequados à estrutura curricular brasileira, eram, então, parte do projeto de difusão de uma pedagogia católica visando modelar saberes para formar os alunos como cidadãos. Santos militava nesse sentido e sua obra conformava com um projeto educacional como estratégia de intervenção na cultura em combate às concepções liberais de educação, sobretudo, da Escola Nova (ALMEIDA FILHO, 2013).

Naquele momento a família, considerada átomo da sociedade civil, fora marcada por novas inquietações, tensões e transtornos ligados ao mundo contemporâneo, assim, centramos o olhar nos valores que regulavam a vida em coletividade, as práticas, os

mecanismos disciplinares veiculados como “direitos” e “deveres” de um bom cidadão. De acordo com Silva e Silva (2006, p. 47), o tema cidadania aparece frequentemente na mídia, mas, apesar de muito comentado, é termo pouco compreendido. A rigor pode ser definido como um complexo de direitos e deveres atribuídos aos indivíduos que integram uma Nação, abrangendo direitos políticos, sociais e civis, mas é um conceito histórico, que varia no tempo e no espaço. Porém a noção está atrelada à participação social e política em um Estado, sendo uma ação política.

A questão da cidadania permeava as preocupações de Santos em seu livro. Sua intenção com a obra, seu objetivo era “iniciar a criança, de modo suave, gradativo e atraente, não só na aprendizagem das técnicas da linguagem, como na aquisição das primeiras noções de cultura geral ministradas pela escola primária.”(SANTOS, 1951, p.7). Nesse sentido o primeiro conto, “Minha Escola”, exorta o espaço escolar como lugar saudável, agradável e feliz, onde “as crianças executam, com disciplina, suas tarefas, ou ouvem atentamente, as lições da professora”, constituindo-se em um “segundo lar”, graças a qual, quando crescer, será “um bom cidadão brasileiro”. (SANTOS, 1951, p. 13-4).

O livro de leitura *Criança brasileira* tem capa emblemática, trazendo as cores dos símbolos da nação; sobre fundo verde, um mapa do país em amarelo, à sua frente uma criança com uniforme escolar e posição de sentido segura o mastro da bandeira nacional, estandarte que tremula sobre sua figura e cabeça. A divisão do texto comporta 9 unidades, em geral compostas por 4 capítulos e, apenas 3 delas, com 6. Fazem parte destes, inicialmente, um conto ou pequena narrativa moralizante, seguida dos itens vocabulário, questionário e exercícios, que o findam. As 3 unidades iniciais centram-se, primordialmente, no universo citadino, e a partir do meado da quarta, onde se contrapõem cidade e campo, se voltam para a vida rural, só retornando ao espaço urbano na oitava e findando, de forma geral, ampla, tratando do Brasil e suas datas cívicas. Com tal organização buscava-se representar e integrar a sociedade brasileira por meio da exposição de conhecimentos diversos, desde aqueles frutos do saber fazer, como aqueles científicos, adaptados aos fins educacionais.

As intencionalidades do livro foram expostas em um prefácio denominado “Explicação”, que esclarece que “os assuntos se encontram nele globalizados sob a forma de unidades de leitura, que abrangem todo o programa de linguagem e conhecimentos da referida série.” Santos pondera que “se um programa de ensino primário reproduz, de maneira viva e fiel, as necessidades, interesses e possibilidades

educacionais das crianças a que se destina, nada mais justo e razoável que o livro de leitura procure inspirar-se nas indicações didáticas desse programa”. Não sendo “enciclopédia de conhecimentos”, estava associado às atividades educativas da escola e afinado com o programa em desenvolvimento, tendo objetivo de “iniciar a criança, de modo suave, gradativo e atraente, não só na aprendizagem das técnicas da linguagem, como na aquisição das primeiras noções de cultura geral ministradas pela escola primária.” (SANTOS, 1951, p. 7).

A primeira unidade, “A Escola”, trata desse universo e dos assuntos relacionados a ela. Se, conforme Foucault (2011, p. 44), a escola, como instituição, é a base do processo educacional fora de casa, ela é apresentada no livro como formando uma verdadeira economia simbólica e discursiva, marcada por saberes, forças e poderes que agem na subjetivação das crianças. Enquanto tal é descrita como “linda” e salubre (ensolarada, clara e arejada), espaço em que “palpitam a vida e o trabalho”, em que “as crianças executam, com disciplina, suas tarefas”. Estava dada a primeira lição moralizante; na vida, com trabalho, disciplina e atenção aos ensinamentos, atrelados a diversão na hora certa, nesse segundo lar, se crescia e seria um bom cidadão (SANTOS, 1951, p. 13-4).

Avançando o processo civilizador e de subjetivação da criança, a historieta “Nossa Professora”, a descreve como “contente”, “muito boa”, “sempre sorridente e de bom humor”, “bondosa, alegre e inteligente”; quase nunca se zangando e disciplinando o aluno que “faz uma travessura” com “delicadeza”, levando-o a abaixar a cabeça e pedir desculpas. Investida de poderes era alegre e comunicativa, contando histórias engraçadas, explicando com clareza, incentivando os alunos a perguntar e participar das lições, deixando todos satisfeitos. Sua atuação exemplar e idealizada fazia o narrador lembrar outro educador importante, as “palavras de papai”, e com elas concluir: “\_ Devemos amar e respeitar nossos professores. São eles que nos educam para que possamos ser, mais tarde, homens trabalhadores, honrados e patriotas.” (SANTOS, 1951, p. 15-6).

Mesmo o caminho para a escola era momento de aprendizado dado pela observação do espaço citadino, suas ruas, praças, jardins - “onde *homens descansam do trabalho* e crianças brincam alegremente”-, residências, edifícios públicos, casas comerciais, fábricas e “vários *monumentos*: a estátua de *Caxias*, o *valoroso soldado* do Brasil; o busto de *Oswaldo Cruz*, o *grande médico* que tanto fez pela saúde dos

brasileiros, e o monumento a *Santos Dumont, o imortal* inventor do avião.” (SANTOS, 1951, p. 17-8).

Assim a criança aprende e conhece ao observar e ficar atento à constituição da cidade e sociedade, com seus monumentos, que enaltecem figuras de homens públicos considerados grandes, valorosos e imortais. Outras orientações espaciais são oferecidas em “Como achar nosso caminho”, que aborda os pontos cardeais e deixa implícito que o conjunto escola, professora, observação e conhecimento de pontos físicos do espaço podem “orientar-nos de várias maneiras” (SANTOS, 1951, p. 19-20).

Na segunda Unidade, “O Bairro”, veicula-se a imagem de um lugar que “tem de tudo”, ruas, avenidas, movimento, casas, praças, calçadas, árvores, bancos, restaurantes, cinemas, centro de saúde, corpo de bombeiros, delegacia de polícia, jardim público, igreja e banda de música tocando aos domingos. Logo, ficando a lição: “Não troco o meu bairro pelo centro da cidade!” (SANTOS, 1951, p.23-4). Daí passou-se à residência, “Uma casa bonita”, mesmo não possuindo “luxo, nem riqueza”, mas alegre e linda, “o ninho da família”, lugar que “serve de abrigo e repouso”, ainda que construída com materiais diferentes conforme o espaço no qual se encontra, como de barro, na roça; de alvenaria, na cidade ou choça, na selva. A mensagem é que se deve trabalhar e poupar gradualmente para usufruir desse bem: “Papai trabalhou muito para comprar nossa casa. Levou anos e anos fazendo economia. Privou-se de muitas coisas. Mas conseguiu adquirir o terreno, onde, mais tarde, mandou construir nosso lar”, vazado por luz e ar abundante, que possibilitam gozar de “ótima saúde!” (SANTOS, 1951, p. 25-6).

Da casa rumou-se para “As fábricas”, “várias” no bairro, com chaminés e fumaças, aproveitando aquilo fornecido pela natureza e “produzindo os objetos de que temos necessidade”. Para finalizar, o fecho prescritivo: “Mas o Brasil tem de tudo. Se os brasileiros trabalharem bastante, ele pode produzir todas as mercadorias de que necessita.”(SANTOS, 1951, p. 27-28). Encerrando a unidade, a lição “Na rua, todo cuidado é pouco!”, é ilustrada com duas crianças a caminho da escola, sendo orientadas por guarda de trânsito. Ela trata do movimento de veículos e pessoas que “começa cedo”, sendo “intenso” com bondes levando operários para as fábricas, caminhões com mercadorias e automóveis. Movimentação que requeria olhar atento para atravessar “a rua com cautela”, para evitar “desastres com meninos imprudentes” que podiam “ficar aleijados para toda a vida” ao desobedecer “à ordem do guarda-civil”. Além disso, nunca se devem esquecer “as palavras de papai: \_ Na rua, meu filho, todo cuidado é pouco!”(SANTOS, 1951, p. 29-30).

Da inserção no espaço urbano e das prescrições acerca das ações nele desenvolvidas, por entre condenações e valorizações, passa-se à unidade “A saúde”, que tem no conto “Passeio à praia” moralidade preparada. Enaltece a “aplicação” nos estudos, o ter “estudado bastante”, tirado “boas notas na escola”, deixando a professora “muito satisfeita” a escrever a seu pai “elogiando minha aplicação”, a qual foi premiada com o “passeio esplêndido”. Portanto, o pequeno narrador pondera: “Vou estudar bastante para tirar sempre boas notas. Quero brincar de novo na praia.”(SANTOS, 1951, p. 33-5). O próximo tema é a “Alimentação”, onde se condena a gula e explana sobre “os cuidados que devemos ter com nossa alimentação”, que “deve ser sadia e variada” para fazer “bem à saúde”. Recomenda-se ingerir alimentos frescos e bem preparados, doces em moderação e só vendidos por “doceiros honestos”, sendo “nocivos”, por adoecer o estômago, os salgados vendidos na rua, sorvete “em excesso”, alimentar à toda hora, não mastigar bem, comer em demasia e a ingestão de álcool \_ “um veneno que muito prejudica a saúde”\_, pois “Quem abusa do álcool torna-se, quase sempre, doente e infeliz” (SANTOS, 1951, p. 36-8).

Após uma poesia sobre “Os dentes” a unidade é encerrada com “Vida Sadia”, que reforça que para ter saúde “são necessários ainda outros cuidados” consigo, como o “asseio ou a limpeza do corpo”, tomando banho, escovando os dentes, lavando as mãos antes das refeições, cortando a unhas, “e andar sempre limpo”. Além do cuidado com o corpo enfatiza que “é preciso também cuidar da limpeza da nossa casa”, que deve ser “sempre limpa e arrumada”, arejada e ensolarada, pois o ar e o sol “são os maiores amigos da saúde” e “valem mais do que todos os remédios”. Recomenda-se ainda que “é preciso também fazer exercícios” e depois repousar, pois “o descanso e o sono são necessários depois do brinquedo e do trabalho”, sendo ainda “preciso deitar e levantar bem cedo. Quem faz isso, ganha tempo e saúde.” (SANTOS, 1951, p. 41-2).

Assim busca-se construir um indivíduo disciplinado e saudável, preparado para o mundo do trabalho, como na quarta unidade, “O trabalho”, iniciada com poesia de Olavo Bilac, homônima, enaltecendo tal atividade como fecundante da vida, contraposta ao ócio, ser “vadio”, sendo “venturoso” e devendo “ao trabalho o que sou”, logo, prescrevendo: “é preciso trabalhar” desde a infância para “ir preparando o futuro; para chegar à abundância”. Mas, para que no futuro frutificasse e colhesse, no presente “é preciso semear” (SANTOS, 1951, p. 45-6). Semeadas tais ideias, o texto “Nosso Brasil”, parte da frase: “Tudo o que existe no nosso Brasil é grande e belo”, e segue elogiando a natureza brasileira, o solo rico, o clima sadio e agradável, a terra fértil e

acolhedora..., para, em seguida, enaltecer o trabalho dos brasileiros: “Mas o que torna nosso Brasil mais digno de admiração é o trabalho dos seus filhos” que edificou “cidades adiantadas e progressistas”, “fábricas que produzem tudo”, assim como “as escolas ensinando as crianças a amar e respeitar o Brasil”. Assim, ressalta-se o estudo e o trabalho como produtores de riqueza e grandeza da nação: “Devemos estudar e trabalhar sempre para que nossa Pátria fique cada vez mais bela, mais rica e mais livre!” Finalizando a estrofe reafirma: “Estudando e trabalhando,/ Sob este céu de anil,/ As crianças vão fazer/ A grandeza do Brasil!”. Mensagem complementada no item “Conhecimentos úteis”, que afirma ser o Brasil “um país democrático, onde o governo é eleito pelo povo e todos os cidadãos são iguais perante a lei.” (SANTOS, 1951, 47-8).

O tema “As profissões”, é tratado com a poesia de Nelson Costa, que menciona algumas poucas relativas à vida rural e outras do mundo urbano, meio a elogios e enaltecimentos, glorificações, em oposição à preguiça: “Toda profissão é nobre/ Exercida com carinho/ Só o homem preguiçoso/ Acha o trabalho mesquinho.” Ainda nesse sentido, no item “Exercícios”, a atividade é qualificar quem trabalha, como trabalhador, quem tem preguiça, como preguiçoso ou indicar as ações daquele que estuda, que vadia... Assim, mais uma vez o estudioso e trabalhador foram contrapostos ao preguiçoso e ao vadio (SANTOS, 1951, p. 52-4).

Sentimento de enobrecimento que foi reforçado em “A coragem”, por meio de poesia de Olavo Bilac, que condena o medo e o medroso, o pecador e o malvado, que merecem punição; que enaltece a alma forte, a valentia sem ostentação, o domínio da covardia, o enfrentar o perigo, o aniquilar o inimigo com “a força da razão”, a pregação do amor e da paz, o não fugir da batalha e morrer feliz lutando (SANTOS, 1951, p. 112-3). Fechando a unidade, o item “Conhecimentos úteis” trata, de forma direta e prescritiva, os deveres e os direitos do aluno:

**I. Deveres do aluno:** a) ser assíduo e pontual às aulas; b) ser atento e disciplinado; c) ser estudioso e trabalhador; d) ter amizade e tratar bem os colegas; e) ter afeição, respeito e obediência ao professor; f) ser honesto, leal e amar a verdade. **II. Direitos do aluno:** a) ser educado; b) ser tratado com afeição, bondade e justiça. (SANTOS, 1951, p. 113).

## Conclusão

Assim, o livro de leitura escolar é um guia de bem viver e de inserção na sociedade brasileira do momento, expondo aspectos da organização espacial e social, da

cultura que lhe era própria. Por meio da experiência e da prática da leitura no processo interativo da escola e em seu contexto as palavras atuam como constituintes dos sujeitos historicamente ao veicularem valores, comportamentos atrelados às visões de mundo e ao atribuir significados às ações humanas, que são apropriados pelo leitor e atuam na sua formação e reconstituição constante vida afora.

## Referencias Bibliográficas

ALMEIDA FILHO, O. J. Projeto editorial das coleções Theobaldo M. Santos. *NetsaberArtigos*. Disponível:< [www.netsaberartigos](http://www.netsaberartigos.com.br)>. Acesso em: 12 jan. 2013.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

CAPELATO, M. H. R. Ensino primário franquista: os livros escolares instrumento doutrinação infantil. *Revista brasileira História*, S. P., v 29, n 57, 2009.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre, RS: Ed.Universidade/UFRGS, 2002.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259-274.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 21 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GAETA, Maria Ap. J. V. Práticas de representação: visões de infância em manuais para o ensino das primeiras letras. In: CONGRESSO BRASILEIRO HISTÓRIA EDUCAÇÃO, 3. *Anais...* Curitiba:PUCR/PR,2004. Disponível em: <[www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/298.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/298.pdf)>fev. 13.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papius, 1997. T. 3.

SANTOS, Theobaldo Miranda. *Criança brasileira: segundo livro de leitura*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1951.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. Cidadania. In: \_\_\_\_\_. *Dicionário de Conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 47-51.

SOARES, Magda Becker. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

---

<sup>i</sup> **Valdeci Rezende BORGES, Prof. Dr.** Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG/REC) Departamento de História e Ciências Sociais, E-mail [valdecirezborges@yahoo.com.br](mailto:valdecirezborges@yahoo.com.br).